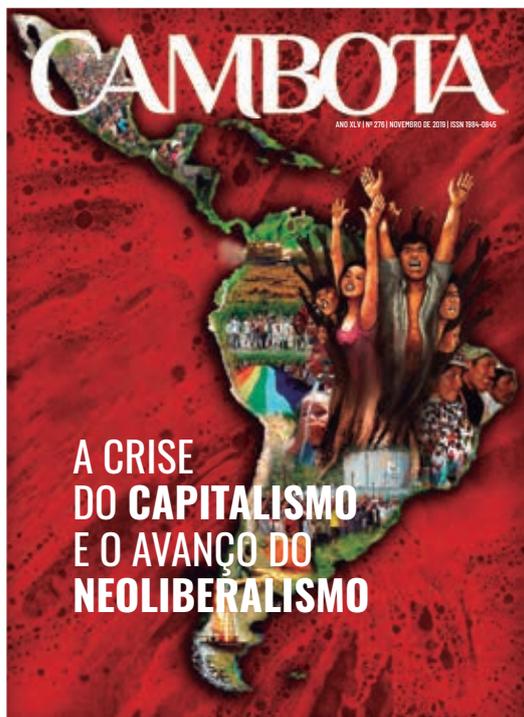


CAMBOTA



ANO XLV | Nº 276 | NOVEMBRO DE 2019 | ISSN 1984-0845

A CRISE DO CAPITALISMO E O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO



Ano XLV - nº 276 - Dezembro de 2019 - ISSN 1984-0845

A Revista Cambota é uma publicação semestral da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR

Av. General Osório, 500 • Caixa Postal 124

85604-240 • Francisco Beltrão • PR

Fone: 46 3524 2488 - Whatsapp - 46 98802 8020

assesoar@assesoar.org.br • <http://www.assesoar.org.br>

Conselho Diretor e Fiscal - Paulo Roberto Czekalski, Cristiane Katzer, Airton Luiz Rodrigues Freire, Jonai Girardi Antunes, Ronaldo Dapont, Sidinei Martini, Zélide Cattelan Possamai, Nelsindo Jandir Hoffmann, Adir Lino da Silva, Claudioney Wastchuk, Santa Terezinha dos Santos Sukenski, Alex Hugo Pilger, Sílvia da Silva, Renato Luiz Calegari e Sueli de Mello.

Conselho Fiscal - João Valdemar Fortuna, Sidney Kohwald, Arsênio Link, Pedro Rodrigues e Iris Lurdes D. Gluszewicz.

Equipe de escritório e campo - Amaro Korb Rabelo, Andreia F. Vansetto Soares, Andre de Souza Fedel, Elisângela B. Loss, Felipe Fontoura Grisa, Janaina Faligurski, Janete Rosane Fabro, Neziâne Folle, Rogéria Pereira Alba, Vilma Favero Marchiori, Lunéia Catiane de Souza e Geani Paula de Souza da Rosa e Kellyn Cristina Tavares Ferreira.

Equipe de estrutura - Claidy Antônia Guancino, Derly Guancino, Marilucia Padilha, Salute Maria Cavasine Bordun, Roseli Sampaio e Suzana Gotardo de Meira.

Fotos e Imagens - Arquivos ASSESOAR e Internet

Revisão e Coordenação - Amaro Korb Rabelo, Geani Paula de Souza da Rosa, Paulo Czekalski.

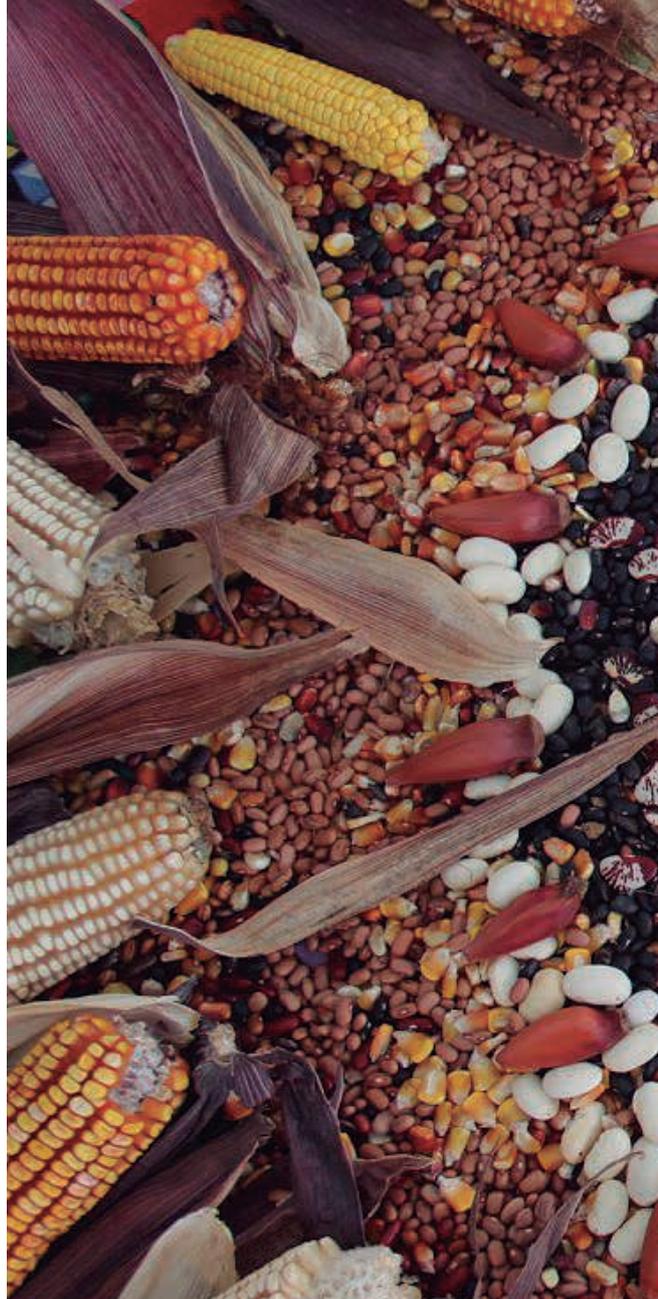
Correção Ortográfica: Ana Gluszewicz

Diagramação - Ademir Morais

Impressão - Gráfica Berzon

Instituições Parceiras de Apoio - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - CAPA, Sistema de Cooperativismo de Crédito Solidário - CRESOL, Sistema de Cooperativas de Leite - SISCLAF, Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar - COOPAFI, Sindicatos e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF, Movimento Sem Terra - MST, Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços - COOPERIGUAÇU, Rede Ecovida de Agroecologia, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Paraná - UNICAFES-PR, Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - INFOCOS, Universidades e Escolas Públicas, Órgãos Governamentais (municipais, estaduais e federais), Território Sudoeste do Paraná, Agências de Cooperação Internacional (PPM Pão Para o Mundo - Alemanha e CCFD - França).

Sudoeste do Paraná - Brasil - Dezembro de 2019.



Revista Cambota / Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR - ano 44 , n. 275 (2018) - Francisco Beltrão: ASSESOAR, 2000

Semestral

ISSN 1984-0845

Continuação do: Jornal Cambota, ano 1-26 (1-247), 1973-1999.

A partir do ano 34, n. 260 de 2008, foi atribuído ao ISSN.

1. Agricultura Familiar - Periódicos. 2. Educação do Campo - Periódicos. 3. Agroecologia - Periódicos. 4. Desenvolvimento Local - Periódico. I. Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesor.

CDD - 050

UM GOVERNO PARA O AGRONEGÓCIO

ELISANGELA B. LOSS | FELIPE FONTOURA GRISA | JANETE ROSANE FABRO

**Campo popular
constrói
resistência
em defesa da
segurança
e soberania
alimentar**

O Brasil vive um processo de remodelamento econômico e social, o qual foi acelerado pela consolidação do golpe de 2016 e que o atual Governo tem buscado fortalecer, construindo formas para facilitar os interesses do Capital em diversos setores. Esse remodelamento não se trata de uma mudança de rumo, mas sim, um reajuste do velho modelo. São medidas que estão sendo aplicadas para garantir maior força ao modelo Neoliberal. Neste cenário os direitos sociais não têm mais espaço e são varridos para garantir os lucros das corporações (produtivas e financeiras) e o controle dos territórios. A

produção agrícola é um dos setores de interesse, e o Agronegócio tem investido fortemente para que seus objetivos sejam alcançados através da política institucional.

Em 2018, no início do processo eleitoral para presidência da república, a bancada ruralista - representada oficialmente pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - ajudou a construir a candidatura de Geraldo Alkimin (PSDB), pois via nele as garantias políticas para alcançarem seus objetivos. No entanto, às vésperas do primeiro turno, avaliando a situação crítica do ex-governador de São Paulo nas pesquisas, a bancada retira seu apoio e declara Jair Bolsonaro como o nome representativo do setor. Candidato que em períodos anteriores, já havia buscado estreitar relações com a bancada, visando apoio político para sua candidatura, todavia, naquele momento não teve o respaldo do grande grupo.

Embora grande parte da bancada ruralista faça parte da composição do “centrão”, grupo que desde o processo eleitoral sofre várias críticas por parte de Bolsonaro, o mesmo, desde que assumiu a presidência, tem buscado atender todas as suas demandas, tornando-se grandes aliados.

Buscando o fortalecimento desta



Foto: Internet

aliança, o governo aceitou a indicação e nomeou para o Ministério da Agricultura a ex. Deputada Tereza Cristina, empresária do setor agrícola, a qual é apelidada de “Musa do Veneno”, pela atuante postura em defesa do uso de agrotóxicos. Também, como forma de agradar os ruralistas, o governo chegou a cogitar acabar com o Ministério do Meio Ambiente, mas voltou atrás. Manteve o Ministério, quase como se não houvesse, e nomeia para o cargo de Ministro o advogado Ricardo Salles, nome de muita proximidade com o agronegócio, crítico às organizações ambientalistas e acusado por cometer crimes ambientais.

Sujeitos do agronegócio, Ricardo



Salles e Tereza Cristina têm trabalhado em conjunto para garantir os interesses do setor. Entre suas principais frentes de ações estão: a flexibilização do uso e reclassificação toxicológica dos agrotóxicos, mudanças nas regras para licenciamento ambiental, enfraquecimento das atribuições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o desmonte dos espaços de diálogos entre governo e o campo popular.

Foto: Cleber Moleta



Foto despejo de famílias no município de Pinhão que moravam na comunidade há mais de 25 anos, produzindo alimentos.

Junto com a paralisação da reforma agrária, através de Medida Provisória (MP 870/2019), o governo também alterou a política de identificação e demarcação de territórios quilombolas, retirando esta função do INCRA e destinando ao Ministé-

rio da Agricultura. As medidas de desestruturação do INCRA, com orçamento despencando de 800 milhões em 2015 para 42 milhões em 2019, certamente elevará a concentração de terras e os conflitos no campo.

Assim como no INCRA, aten-

dendo os interesses de avanço do agronegócio sobre os territórios, o governo buscou o esvaziamento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), quando através da mesma MP (870), direcionou a demarcação das terras indígenas para o Ministério

da Agricultura. Contudo, em junho, através de uma decisão liminar a MP foi suspensa pelo Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF). No início de agosto, ela foi vetada pelo plenário do STF, o qual declarou inconstitucional a Medida Provisória do presidente.

Fato é que, diante das posturas que o governo tem tomado, a ofensiva do agronegócio sobre as áreas indígenas, tem aumentado no último período, assim como sobre as áreas de preservação, como é o caso da Amazônia, que teve desmatamento recorde no mês de maio deste ano, com a derrubada de 739 km², uma média equivalente a dois campos de futebol por minuto.

Outra ação, alavancada principalmente através do Ministério

da Agricultura, e que tem causado bastante preocupação pela forma e velocidade que vem acontecendo, é a liberação massiva de registro de novos agrotóxicos. Nos dois primeiros meses do ano, o governo já sinalizava a que veio, com 86 novos registros. Em março o número saltou para 121, em maio chegou aos 197 e em junho, finalizou o primeiro semestre alcançando a marca de 239 novos registros. Tudo indica que este ritmo deverá ser mantido, pois até o início do mês de outubro o número já alcançava 382. Uma marca histórica e preocupante, visto que muitos agrotóxicos liberados já foram proibidos em outros países, pelos potenciais danos que podem causar à saúde e ao meio ambiente.

As medidas de destruturação do INCRA, com orçamento despencando de 800 milhões em 2015 para 42 milhões em 2019, certamente elevará a concentração de terras e os conflitos no campo.



Foto: Internet

A justificativa dada pelo Ministério da Agricultura, para a massiva liberação, é de que essa ação aumentará a concorrência e mais produtos no mercado irá baratear o valor dos agrotóxicos ao consumidor final. Justificativa totalmente compreensível, quando o objetivo real é atender o interesse das gran-

des corporações do setor, em detrimento aos direitos sociais. Baratear os agrotóxicos, produtos já isentos de impostos na maioria dos Estados do país, significará um impulso para maior utilização dos mesmos, resultando também no aumento dos impactos dessas substâncias sobre a população e ao meio ambiente.

Todas essas práticas firmam o compromisso entre o governo e o agronegócio, o qual é frequentemente reafirmado nos discursos em diversos espaços, como por exemplo na reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária, em julho, quando Bolsonaro declarou esta estreita relação com a seguinte afirmação aos presentes: “esse governo é de vocês”. Na mesma ocasião, afirmou ainda que quando era deputado, em 100% das vezes votou acompanhando a bancada ruralista;

que uma demonstração deste compromisso foi a indicação de um Ministro de Meio Ambiente “casado com o agronegócio”; e terminou sua fala nesta atividade com a seguinte afirmação: “Eu e Ramos (presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência) devemos lealdade a vocês que nos colocaram no Planalto. Continuamos juntos”.

Fruto desta reunião, a Comissão Especial da Reforma da Previdência, aprovou o destaque nº142, referente ao texto-base da Reforma, o qual retira a contribuição previdenciária sobre exportações agrícolas. A isenção, que premia o agronegócio, faz com que o cofre público deixe de arrecadar R\$ 83 bilhões nos próximos 10 anos.

A Frente Parlamentar da Agropecuária – composta por representantes de associações e empresas do agronegócio – conta com 257 filiados: 17 a mais que em 2018. Na Câmara, os 225 deputados filiados à frente representam 44% do total de votos (513). No Senado, os ruralistas detêm 32 das 81 cadeiras disponíveis. Condição extremamente favorável para que os interesses do setor sejam pautados e aprovados, sem muitas dificuldades. Esta estrutura governamental, montada em todos os espaços decisórios, nos mostra que realmente Bolsonaro tem razão ao afirmar que esse governo é do agronegócio.

Este cenário de alinhamento político, entre executivo e legislativo, para o fortalecimento do Agronegócio, guiado por uma política agrícola voltada à produção de commodities para atender as demandas de matéria-prima do mercado externo, gera dependência econômica e de mercado, e o mais grave, fragiliza a segurança e a soberania alimentar do país.



Como garantir Segurança Alimentar sem Soberania Alimentar?



As convergências entre os termos afirmam o propósito de garantir o direito à alimentação, de proteção contra a fome. Porém, divergem nas propostas políticas de construção da autonomia alimentar do país.

A segurança alimentar, pautada na Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, traz que todas as pessoas devem ter disponibilidade econômica suficientemente para acessar alimentos isentos de contaminação biológica e nutritivos, para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências quanto aos ali-

mentos, a fim de levar uma vida ativa e sadia. Mais tarde, em 2002, é incorporado o discurso de garantir a oferta de serviços, mesmo que pago, como à água potável.

Assim, a Segurança Alimentar passa a ter uma interpretação distorcida, considerando apenas o acesso à alimentação, não questionando o modelo produtivo e a procedência dos alimentos. Esta prática justifica a abertura de mercados internacionais, os monopólios alimentares, o domínio das multinacionais sobre os bens de produção, entre outras armadilhas do neoliberalismo.

O debate quanto a Soberania Alimentar, trazidos pelos movimentos sociais populares, vem no sentido mais amplo, e faz parte de um projeto político, construído com ações e estratégias conjuntas de produção e consumo, em todas as esferas e níveis de um país. Defende a criação de políticas estruturantes, de autonomia dos meios de produção e do modelo produtivo, bem como, condições para acesso da população aos alimentos, não se pautando somente nas relações comerciais.

No entanto, no governo ilegítimo de Michel Temer e no atual governo, acirra-se as ações políticas dirigidas aos interesses da classe dominante, cerceando as ações que promoviam o avanço da soberania alimentar. Pode-se citar o desmonte das políticas públicas, que atuavam na perspectiva de redução da fome e da pobreza, como o Programa Fome Zero e o Bolsa Família, e outras po-

A Frente Parlamentar da Agropecuária – composta por representantes de associações e empresas do agronegócio – conta com 257 filiados: 17 a mais que em 2018. Na Câmara, os 225 deputados filiados à frente representam 44% do total de votos (513). No Senado, os ruralistas detêm 32 das 81 cadeiras disponíveis. Condição extremamente favorável para que os interesses do setor sejam pautados e aprovados, sem muitas dificuldades.

líticas voltadas a melhoria da qualidade da alimentação da população (desde a produção até o consumo). Ampliando esse quadro, o crescente desemprego tem gerado o aumento da pobreza e extrema pobreza, levando o Brasil de volta ao Mapa da Fome.

Agravando esta situação, no atual governo tem crescido a criminalização e a extinção dos espaços democráticos instituídos, como os Conselhos que debatem estratégias de combate à fome e de construção da autonomia alimentar da população. Um exemplo, foi o ocorrido com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, que foi extinto em janeiro deste ano, pela Medida Provisória 870 de 2019. Porém, devido as pressões de órgãos e movimentos nacionais e internacionais de combate a fome e a pobreza, em maio, a comissão mista do Congresso Nacional aprovou a alteração do texto da reforma administrativa, e recria o CONSEA.

Como ato de resistência, os CONSEA's de vários estados, entre eles o Paraná, através de seus espaços regionais e municipais, este ano, organizaram as Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, com o tema “Comida no campo e na cidade – o que temos e o que queremos?”. Os debates nestes espaços foram intensos e propositivos, principalmente com enfoque no fortalecimento dos Conselhos, na construção de políticas de redução do uso de agrotóxicos, na promoção do acesso a alimentação saudável e na Agroecologia, como uma das estratégias para a construção de um projeto coletivo que tenha como eixo central o debate alimentar a partir da Soberania Alimentar.

Enfim, não existe Segurança Alimentar, se não existir Soberania Alimentar. O Estado tem papel

fundamental na efetivação de instrumentos políticos e jurídicos, que possibilitem ao país construir ações que promovam a Soberania Alimentar. Já as organizações e movimentos sociais populares, a partir de suas formas organizativas e estratégicas, devem pautar o Estado para o cumprimento de seu papel.



Agroecologia na construção da Soberania Alimentar: alimento como direito no campo e na cidade

Foto: Arquivo Assessor



Nenhum ser vivo sobrevive sem alimentar-se. A alimentação é algo essencial para nossa sobrevivência, portanto, a privação ao acesso a alimentação saudável, em quantidade e qualidade, é uma das formas mais

violentas de se tratar a vida. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada no dia 10 de dezembro de 1948, traz em seu artigo 25º:

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe as-

segurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

Se a alimentação é fundamental para sobreviver, por que não é foco das políticas públicas promover sistemas produtivos com base na Soberania Alimentar?

Então, enquanto cidadãos o acesso ao alimento é um direito universal, seja no campo ou na cidade! Dessa forma, devemos pautar a soberania alimentar, pois ela define as políticas

de produção, de acesso e de consumo dos alimentos, de forma a garantir à todas as pessoas alimentação saudável e um ambiente adequado à vida. Compreende ainda, que todos os povos devem ser soberanos e terem respeitadas suas culturas e crenças.

Não haverá uma nação soberana, se sua população não tiver acesso a alimentação saudável em quantidade suficiente para suprir suas necessidades. Na monocultura, com foco na escala e no lucro, não há valorização da vida! Para que isso ocorra, é fundamental que tenhamos diversidade produtiva, que gere autonomia, se desenvolva a partir de práticas sustentáveis e políticas, que de fato tenham como princípio o direito de seu povo se alimentar com qualidade.

Avançar em uma proposta humanizadora, como a agroecologia, requer uma atitude coletiva. Os trabalhadores e trabalhadoras da cidade são atores políticos, que devem perceber a alimentação não apenas como o ato de consumo, mas como importante impulsionador de uma produção, para atender as necessidades humanas, sem prejudicar o ambiente e sua sustentabilidade.

Foto: Arquivo Assesoar





Foto: Arquivo Assesoar

A diversidade produtiva promove ambientes equilibrados ecologicamente e como consequência, diversidade alimentar. É inconcebível, ecologicamente, que tenhamos em nossas dietas pepinos, tomates e batatas durante todo o ano, pois em função das variações climáticas, elas não são produzidas no inverno. Nestes períodos, sabiamente a natureza disponibiliza alimentos que suprem nossas demandas para enfrentar o frio. Além desta característica, espécies não adaptadas a nossa realidade necessitam de muito mais energia para serem produzidas e são muito susceptíveis a doenças e ataques de insetos.

Como fomos induzidos a negar nossos hábitos e costumes, padronizando nossas dietas, não fortalecemos a produção local e nem os alimentos regionais. Não estamos fazendo uma crítica ao atual momento em que podemos ter acesso a alimentos vindos de vários lugares do mundo, mas sim a que custo eles vêm e os impactos que geram em nosso sistema alimentar, na nossa saúde e em nosso sistema produtivo.

Por isso a alimentação é acima de tudo um ato político, pois quando opta-se pelos alimentos locais impulsiona-se a produção dos mesmos. Ao valorizar a diversidade, preserva-se as espécies, avançando numa proposta produtiva inclusiva para todas as pessoas do campo e da cidade. A construção de um outro modo de produzir e se alimentar, não depende apenas do campo, mas sim de todos e de todas.

Muitas vezes, olha-se para o campo como um lugar vazio de gente, espaço somente de produção, damos a ele esta conotação, como se ali a única função seja gerar volume de produção, e consequentemente, o lucro. No entanto, há uma família, pessoas, com diferentes necessidades e que nem sempre as políticas públicas atendem.

Neste local há trabalhadores e trabalhadoras, que produzem alimentos, mas também consomem, portanto, seus hábitos, não só de consumo, mas também de perceber-se socialmente, podem reforçar sua exclusão ou gerar sua autono-

mia. Então, o campo é um lugar de vida, e suas especificidades devem ser respeitadas e valorizadas.

Avançar em uma proposta humanizadora, como a agroecologia, requer uma atitude coletiva. Os trabalhadores e trabalhadoras da cidade são atores políticos, que devem perceber a alimentação não apenas como o ato de consumo, mas como importante impulsionador de uma produção, para atender as necessidades humanas, sem prejudicar o ambiente e sua sustentabilidade.

A Assesoar, vem construindo junto com as demais organizações do campo popular, espaços de resistência entre campo e cidade, visando o fortalecimento das ações de aproximação entre produção e consumo, na perspectiva da construção do projeto popular. Na região Sudoeste, esse processo se dá através da Plataforma da Comida Saudável em suas diversas ações e frentes. No âmbito estadual, nacional e na América Latina, a Assesoar articula-se em espaços organizativos, a partir da agroecologia e defesa da soberania alimentar.

Referências:

Amazônia tem recorde de desmatamento no mês de maio, aponta Inpe.

Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589846-amazonia-tem-recorde-de-desmatamento-para-o-mes-de-maio-aponta-inpe>. Acessado em agosto de 2019.

Bolsonaro à Bancada Ruralista: 'Esse governo é de vocês'. Disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces,70002904662>. Acessado em agosto de 2019.

Governo Bolsonaro volta a suspender a reforma agrária no país. Disponível em:

<https://reporterbrasil.org.br/2019/03/governo-bolsonaro-volta-a-suspender-a-reforma-agraria-no-pais/>. Acessado em julho de 2019.

Governo libera mais 57 agrotóxicos e soma deste ano chega a 382 novos registros.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/03/governo-libera-mais-57-agrotoxicos-e-soma-deste-ano-chega-a-382-novos-registros/>. Acessado em novembro de 2019.

Nova Frente Parlamentar da Agropecuária reúne 257 deputados e senadores; com 25, PSL de Bolsonaro só fica atrás de PP e PSD. Disponível em:

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/>. Acessado em julho de 2019.



Foto: Arquivo Assesoar

XVI Festa Regional das Sementes: Partilhar Sementes, Plantar Resistência e Cultivar o Projeto Popular

ELISANGELA B. LOSS

Foto: Arquivo Assesoar



O Fórum Regional das Organizações e Movimentos Sociais do Campo e da Cidade do Sudoeste do Paraná, em parceria com a Prefeitura Municipal e organizações de Boa Esperança do Iguazu-PR, realizaram no dia 11 de julho, deste ano, a XVI Festa Regional das Sementes, no Centro Comunitário do município.

Participaram da Festa aproximadamente 900 pessoas, entre agricultores, coprodutores e representantes de organizações e movimentos sociais vindos de 47 municípios de diversas regiões do estado do Paraná, além dos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e também do Paraguai.

Junto com a grande participação popular, abrilhantou a Festa uma grande participação dos educandos das Escolas municipais e estaduais de Boa Esperança do Iguazu, do

curso técnico em agroecologia (parceria da Casa Familiar Rural e IFPR de Capanema), das Universidades públicas (UTFPR, UFFS e Unioeste).

As crianças do Projeto Social de Convivência e Fortalecimento de vínculos da Secretaria de Ação Social, contribuíram com a realização da mística de abertura, expondo um trabalho artístico produzido pelas crianças. Visitaram também o espaço da partilha das sementes, onde puderam ter contato com a biodiversidade preservada pelas famílias agricultoras participantes.

Também estiveram presentes, caravanas de agricultores ecológicos da Rede de Sementes da Agroecologia – RESA, e a caravana de agricultores e agricultoras do Paraguai, através da Plataforma Mercosur Social y Solidario – PMSS, parceiros da Assesoar.

Momentos da XVI Festa Regional:

No período da manhã, as caravanas foram acolhidas pelo Coordenador do Fórum Regional, Paulo Roberto Czekalski, pelo Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguçu, Evandro Cecatto e pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ademar Cândido de Silva. Após a acolhida aconteceu a mística de abertura realizada pelas crianças do projeto social. Logo em seguida aconteceu um painel ministrado por Naiara Andreoli Bittencourt da ONG Terra de Direito de Curitiba, a qual tratou a temática da Festa, e principalmente os projetos de Leis que tramitam no congresso que ameaçam a biodiversidade e a autonomia dos agricultores e povos tradicionais, além da Soberania do país.

A segunda fala, fomos apresentados com a exposição do educador Fernando Bastos Costa, da Universidade Federal do Rio Grande do Nor-

te-UFRN, que trouxe as experiências do Nordeste do Brasil, na luta e resistência para manter viva a biodiversidade, contrapondo o avanço das fronteiras agrícolas do agronegócio.

O fechamento da manhã se deu com um ato político, onde todas as organizações e autoridades presentes foram convidadas para a leitura e assinatura da Carta Política da Festa Regional das Sementes, após a mesma foi aprovada pelos presentes.

No período da tarde as atividades iniciaram com a Romaria das sementes, a qual teve 3 estações que representavam os elementos: água, terra e sementes. Em cada estação foi realizada uma rápida reflexão, e posterior as bênçãos de cada um destes elementos, realizadas pelo Bispo Dom Edgar Xavier Ertl e o Pároco Pe. Claiton Junior Boschi e o Pastor Antônio Carlos Prudencio.

Na última estação, além da ben-

ção das sementes, ocorreu a partilha das mesmas. Os agricultores e agricultoras guardiãs das sementes, bem como convidados das organizações e instituições, trouxeram uma grande diversidade de sementes, reafirmando que a biodiversidade existe, porém precisa resgatar e multiplicar os mesmos, para ampliação da produção de alimentos saudáveis, na percepção da construção do projeto popular.

Ocorreu também durante a festa, a exposição de trabalhos de pesquisas, materiais técnicos e publicações das instituições que compõem a Unidade Mista de Pesquisa e Transferência de Tecnologia-UMIPTT, com a participação de professores, pesquisadores e acadêmicos das Universidades, que estão desenvolvendo pesquisas participativas e construindo conhecimento junto a agricultura familiar e agroecológica.

Foto: Arquivo Assesoar



Carta Política da XVI Festa Regional das Sementes

Partilhar Sementes, Plantar Resistência e Cultivar o Projeto Popular

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 11 de julho de 2019

O Brasil vivência um momento de retrocessos com a retirada dos direitos sociais e à soberania nacional. A conjuntura política mostra claramente o País sendo guiado por interesses internacionais e na contramão dos interesses populares, que após o Golpe parlamentar de 2016 tomou força para a consolidação de uma política Neoliberal, intensificada pelo atual “Des-governo”, com apoio da maioria do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). Estas ações já resultam em: aumento do número de pessoas em situação de extrema pobreza no país; aumento da taxa de desemprego; queda real do salário-mínimo; redução drástica de investimentos na saúde e educação; privatizações de empresas estatais e leilões dos campos de petróleo a preços irrisórios às empresas multinacionais.

Este projeto tem como objetivo um Estado mínimo para a classe trabalhadora, com cortes e congelamentos orçamentários, bem como a supressão de direitos conquistados e garantidos na Constituição Federal de 1988 e ao longo das últimas décadas. Ao mesmo tempo, estrutura-se um Estado máximo aos interesses do capital internacional. Parcerias Público-Privadas, abertura de mercado nacional, suspensão da produção nacional e desindustrialização são alguns exemplos da volta da subserviência do Brasil na Geopolítica.

No campo, a agricultura familiar e camponesa passam por um momento de fragilidade diante do crescente avanço do agro-negócio sobre os territórios, com a liberação de novos agrotóxicos, o desmonte das políticas públicas que contribuíram para fortalecer a produção e o acesso aos alimentos. Agravam a situação pelas frequentes emendas constitucionais e projetos de leis propostos pela bancada ruralista, financiados por multinacionais, que visam: incentivar ainda mais a utilização de agrotóxicos; ataque ao direito a agrobiodiversidade e; aumentar a concentração fundiária, da produção e distribuição de alimentos no país. A essência do capitalismo é isso: concentração e exploração.

No entanto, há contrapontos. Um destes é a nossa disposição para estar hoje aqui em Boa Esperança do Iguaçu. Há 16 anos a Festa Regional das Sementes se constitui como mais um espaço de articulação do campo e cidade, de resistência e de defesa da biodiversidade, contribuindo para o fortalecimento da agroecologia e a soberania dos povos. Nós temos um projeto. Ele está sendo construído a partir de nossas mãos.

Defendemos a Soberania Alimentar como um direito do qual não se pode abrir mão, podendo ser garantido pela livre produção e comercialização de sementes crioulas por agricultores familiares e camponeses e com um maior incentivo a policultura ao invés da monocultura, por exemplo.

Esta é uma luta que se iniciou através dos movimentos sociais do campo e que se estendeu para a cidade e para instituições de ensino e pesquisa como as universidades, que afeta diretamente a toda sociedade, pois todos necessitam se alimentar, tendo o direito e a opção de acesso a alimentos saudáveis, nutritivos e de qualidade.

Denunciamos todas as ações que estão sendo realizadas contra o povo, a crescente criminalização e a violência contra quem defende os interesses da classe trabalhadora e os ataques à soberania nacional.

Manifestamos todo o apoio a entidades e organizações que estão construindo alternativas e lutando pelo maior acesso de alimentos da agricultura familiar e camponesa. Cultivar o projeto popular é abrir caminhos para que nossos alimentos estejam nas mesas dos trabalhadores e trabalhadoras.

E propomos ações, Leis e políticas públicas municipais, estadual e federal, para a:

a) Proteção das áreas de biodiversidade dos povos tradicionais e da agricultura familiar, com garantia da proteção das águas, solos e principalmente das sementes crioulas para a produção de alimentos saudáveis;

b) Apoio e incentivo para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, crédito diferenciado para atender a Unidade de produção e vida familiar – UPVF, e ATER qualificada para o fortalecimento e ampliação da produção agroecológica;

c) Fortalecimento do PAA Sementes, PAA Alimentos e PNAE, além de outras políticas públicas e ações que possibilite o acesso a alimentos saudáveis através de feiras e venda direta pelos trabalhadores e trabalhadoras;

d) Leis de proibição de agrotóxicos, transgênicos e da nanotecnologia, que causam danos ao meio ambiente e a vida.

e) Aprofundamento do debate no interior das escolas do campo e da cidade a respeito da lei 13.666/2018 que introduz a “educação alimentar e nutricional como tema transversal do currículo escolar”.

Reforçamos a importância da unidade na luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade para barrar os retrocessos. Bem como, fortalecer a Plataforma da Comida Saudável, como proposta produtiva e de acesso a alimentos saudáveis, construindo uma política de desenvolvimento popular e soberano para a região.

Somos sementes da resistência e reafirmamos, a partir da produção de alimentos saudáveis e da preservação da biodiversidade, nossos compromissos na construção de uma sociedade justa e igualitária para todos/as nós e para as futuras gerações!

“Partilhar Sementes é partilhar o hábito do diálogo

Plantar Resistência é construir alternativas

Cultivar o Projeto Popular é ampliar nossas propostas”

Povo que ousa lutar, constrói poder popular!

Fórum Regional das Organizações e Movimentos Sociais do Campo e da Cidade